



Superior Tribunal
Militar

2º SIMULADO ESPECIAL

STM

Analista Judiciário
Área Judiciária
Pós-Edital

Simulado

2º Simulado Especial STM (Analista Judiciário - Área Judiciária)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área Judiciária do STM**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/TXHzCgTs2zpummwx5>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/VrM5>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Luiz Felipe***TEXTO**

O time mais robusto de cientistas do mundo, o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, em inglês), divulgou, nesta segunda-feira, um novo relatório sobre o caminho para limitar o aquecimento global a 1,5 grau e assim cumprir o histórico Acordo de Paris. É uma tarefa que envolve escolhas difíceis e urgentes, e só poderá ser alcançada se não perdermos mais tempo. Para líderes políticos e corporativos, a mensagem é clara: “Ajam agora!”.

Atualmente, já enfrentamos 1° C de aquecimento. Para os cientistas da ONU, que revisaram mais de 6 mil estudos, estamos muito próximos de atingir 1,5° C e até mesmo chegar a 2° C de aquecimento já na primeira metade deste século, ou seja, daqui a apenas trinta anos. Esse é o nível mínimo seguro para a forma como vivemos no planeta. A solução possível, diz o relatório, é reduzir pela metade até 2030 a emissão de gases que esquentam o planeta, para então zerá-la em 2050, além de absorver parte do carbono que já está na atmosfera. Nesse caminho, não bastam apenas novas tecnologias e energia limpa – as florestas também terão papel fundamental.

O estrategista internacional de Florestas do Greenpeace, Paulo Adário, diz que “no cenário traçado pelo IPCC, o futuro da humanidade depende não apenas de eliminarmos os combustíveis fósseis, como carvão e petróleo, e zerar o desmatamento em escala mundial para reduzir as emissões, mas também proteger florestas, savanas e outras formas de vegetação natural para capturar o excesso de CO₂ que já está na atmosfera e o que ainda será emitido na fase de transição para uma economia neutra em carbono”. Para ele, a melhor e mais aceitável forma de fazer isso é adotar, em escala global, um ambicioso programa de restauração das florestas degradadas, “afinal, as árvores são ‘usinas’ naturais de captação de carbono desenvolvidas e testadas há milhões de anos”, afirma.

No Brasil, líderes políticos e empresariais têm o dever de ampliar os compromissos já assumidos com a comunidade global e adotar as medidas necessárias para

nos proteger dos impactos que já estão sendo sentidos, como secas severas prolongadas e tempestades com força recorde. “Além de acelerar a transição para uma matriz energética 100% limpa e renovável, o país tem o desafio de revolucionar o setor agropecuário — que responde por cerca de 70% das emissões brasileiras — e trazê-lo para um patamar sustentável”, afirma.

2° C de aquecimento global é muito mais perigoso do que se pensava quando o Acordo de Paris foi assinado, em 2015. Estamos mais perto de pontos críticos de ruptura dos ecossistemas e outros riscos importantes do que pensávamos. Limitar o aquecimento a 1,5° C em vez de 2° C faria uma enorme diferença para a vida nos oceanos e na Terra. Protegeria centenas de milhões de pessoas de frequentes ondas extremas de calor, reduziria pela metade a proporção de populações que sofrem com a escassez de água e ajudaria a atingir metas de desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza.

Limitar o aquecimento a 1,5° C ou menos é um desafio, mas ainda é possível, se formos rápidos, ousados e afortunados, e acelerarmos nossa ação em todas as frentes agora. Os próximos anos são críticos para o mundo embarcar em um caminho de transformação que reduza as emissões de gases de efeito estufa e aumente as florestas em direção a uma economia neutra em carbono. Com as atuais metas climáticas dos países para 2030, não teríamos chance. Então elas devem ser melhoradas.

(Por Rodrigo Gerhardt, 2018 — Disponível em www.greenpeace.org/brasil. Adaptado)

Com base nas informações do texto, julgue os itens a seguir.

1. De acordo com o texto, o controle do aquecimento global está principalmente na redução de gases do efeito estufa.
2. De acordo com a comunidade científica, o aquecimento global é inevitável.
3. Segundo o texto, somente agora a comunidade científica reconheceu o perigo do aquecimento em 2° C.

4. Depreende-se que a maior parte da emissão de gases poluentes no mundo provém do setor agropecuário.
5. Segundo o texto, os dados recentemente divulgados resultaram de pesquisa norte-americana.
6. Nesse texto, o autor opina com base em argumentos factuais.
7. O autor do texto limita-se a abordar o assunto com imparcialidade.

Com base em seus conhecimentos linguísticos, julgue os itens a seguir.

8. Os sentidos e a correção gramatical do trecho “Tudo deveria estar ligado a sintomas” seriam preservados caso fosse reescrito da seguinte forma: **Tudo deveria estar relacionado à sintomas.**
9. No trecho “A verdade do que se dissera”, a anteposição da partícula “se” ao verbo justifica-se pela presença do vocábulo “que”.
10. No trecho “Todos querem, principalmente, que as oportunidades sejam mais iguais”, a segunda vírgula tem a finalidade de marcar o sentido explicativo da oração iniciada pelo vocábulo “que”.
11. Em “nomes de cantores e equipes premiados”, a substituição de “premiados” por **premiadas** não resultaria em erro gramatical, mas alteraria o sentido, uma vez que a concordância passaria a ser estabelecida com o termo “equipes”.
12. Em “Esse diz respeito a um dos planos de recuperação fiscal implementados na última década”, a substituição do trecho “diz respeito a” por **trata-se de** prejudicaria a correção gramatical.

13. O emprego das vírgulas que isolam o vocábulo ‘portanto’ em “Ele será, portanto, entregue às autoridades” justifica-se pela posição dessa palavra na oração em que se insere.
14. É facultativa a conjugação no singular ou no plural da forma verbal em “ao menos 75% dos entrevistados afirmaram”. Ambas as possibilidades manteriam a correção gramatical.
15. Os sentidos e a correção gramatical do texto seriam preservados caso o trecho “No entanto, nenhum imunizante está disponível para a população” fosse assim reescrito: **Portanto, não há ainda imunizante disponível para a população.**
16. No trecho: “Foram vinte reclamações – em menos de uma hora -, nenhuma delas envolvendo atrasos na entrega”. O vocábulo “delas” remete à expressão “vinte reclamações”.
17. Os termos destacados em “A partida está no fim” (2º parágrafo) e “O jogo acabava ali.” desempenham a mesma função no texto.
18. Em “sê-lo”, “obrigá-los” e “viver”, as formas verbais estão no modo infinitivo.
19. O trecho destacado em “A compreensão de que os homens uniformizados devem ser mais temidos reinava naquele tempo” exerce a função de adjunto adnominal do vocábulo **compreensão**.
20. Sem prejuízo da correção gramatical e da coerência do texto, o período “A economia é tomada como ciência e ponto de partida para diversas análises de cunho social, admitindo sua importância em diferentes esferas da sociedade” poderia ser reescrito da seguinte forma: **Toma-se a economia como ciência e ponto de partida para diversas análises de cunho social, reconhecendo sua importância em diferentes esferas da sociedade.**

LEI Nº 8.457/1992 E SUAS ALTERAÇÕES*Tiago Zanolla*

- 21.** Após denúncia do Ministério Público Militar, um capitão-de-corveta da Marinha é acusado de peculato em concurso com três terceiros civis. Antes do recebimento da denúncia, ele é promovido a capitão-de-fragata. Considerando que a conduta imputada ocorreu no exercício da função militar a bordo de navio da esquadra em missão internacional, a lei determina que o processo seja julgado por Conselho Especial de Justiça formado por um(a) juiz(a) federal da Justiça Militar, dois oficiais-generais e dois oficiais-superiores sorteados, podendo a sessão ser realizada fora da auditoria-sede se assim deliberar o STM, por motivo de ordem pública ou de interesse da Justiça.
- 22.** Além da Secretaria do STM e das Secretarias das Auditorias, o Ministério Público Militar pode executar Serviços Auxiliares da Justiça Militar sempre que houver disponibilidade orçamentária e autorização do Presidente do Tribunal.
- 23.** A Corregedoria da Justiça Militar — órgão de fiscalização e de orientação jurídico-administrativa — é integrada, obrigatoriamente, por um Ministro-Corregedor, um Juiz-Corregedor Auxiliar, um diretor de Secretaria e pelos servidores constantes do quadro legal; pode, porém, em tempos de Guerra, ser acrescida de segundo Juiz-Corregedor Auxiliar mediante deliberação do Plenário do STM, desde que haja disponibilidade orçamentária.

REGIMENTO INTERNO*Tiago Zanolla***COM BASE NO REGIMENTO INTERNO DO STM,
JULGUE OS ITENS A SEGUIR:**

- 24.** Para sanar erro inescusável praticado por juiz federal da Justiça Militar, a correição parcial pode

ser requerida pela parte diretamente ao Superior Tribunal Militar; recebido o requerimento, o juiz militar limitar-se-á a certificar o protocolo e a suspender o curso do processo até que o STM delibere sobre o ato impugnado, sem necessidade de ouvir a parte contrária.

- 25.** O pedido, formulado por autoridade militar, de substituição de juiz-militar que integra Conselho Permanente de Justiça — quando fundado em “relevante interesse da administração militar” — deve ser dirigido diretamente ao Superior Tribunal Militar, onde será autuado e distribuído; antes de submetê-lo ao Plenário, o relator ouvirá o Ministério Público Militar, e somente após decisão plenária a substituição poderá ocorrer, sendo vedado ao juiz federal da Justiça Militar adotar qualquer providência ou intermediar o expediente.
- 26.** A túnica verde-oliva (padrão 5º Z-1) constitui uniforme privativo dos Ministros militares oriundos do Exército e, em consequência, não pode ser utilizada pelos Ministros militares da Marinha ou da Aeronáutica nas sessões do Tribunal.
- 27.** As decisões proferidas em habeas corpus de competência originária do STM integram, ao lado da apelação e da revisão criminal, o rol taxativo de processos passíveis de revisão previsto no art. 14 do RISTM.
- 28.** A Ouvidoria do STM, por se vincular diretamente ao Plenário, pode dialogar com órgãos externos, recomendar mudanças legislativas e celebrar convênios interinstitucionais, desde que as iniciativas sejam previamente aprovadas pelo Plenário ou referendadas por ele, sendo inválido o envio unilateral de relatórios oficiais ao Senado Federal.

29. Caso o Plenário do STM venha a ser dividido em turmas por emenda regimental, caberá ao Conselho de Administração definir a competência de cada turma e a distribuição de Ministros entre elas, respeitado o critério da antiguidade.

Em janeiro de 2025 sobrevieram, quase simultaneamente, **três vagas civis** no STM:

- **Vaga A** — decorrente da aposentadoria compulsória de Ministra civil advogada;
- **Vaga B** — decorrente da renúncia, durante o primeiro biênio de mandato, de Ministro civil membro do Ministério Público Militar (MPM);
- **Vaga C** — decorrente do falecimento de Ministro civil juiz federal da Justiça Militar (JF-JMU).

Para suprir essas vagas, o Presidente da República submeteu ao Senado Federal a seguinte lista tríplice de indicações, acompanhada de justificativa:

Nome	Idade	Profissão	Dados adicionais
1 – Dra. Luciana	42 anos	Advogada	Exercício da profissão e Inscrição na OAB há 12 anos; professora de direito penal militar; pareceres citados em acórdãos do STM.
2 – Dr. Artur	46 anos	Juiz Federal da JMU	18 anos de magistratura; atuou em 6 das 12 Auditorias; mestre em direito constitucional.
3 – Procuradora Fernanda	37 anos	Subprocuradora-Geral do MPM	Ingressou no MPM em 2011; autora de obra sobre jurisdição militar; indicação apoiada por 2/3 do Conselho Superior do MPM.

O Senado realizou arguição pública em sessão conjunta da CCJ e, em votação secreta no Plenário, aprovou **todos os quatro nomes** por maioria absoluta.

Considerando o Regimento Interno do STM e a sistemática constitucional sobre nomeação de Ministros civis do STM, **julgue os itens a seguir.**

30. A indicação da Doutora Luciana não é válida, pois a exigência de “notório saber jurídico e conduta

ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional” atende com 12 anos de atuação na advocacia, mas não possui idade mínima para o cargo.

31. Tendo em vista o limite constitucional de 75 anos para a aposentadoria compulsória de magistrados, o Presidente da República pode nomear para vaga civil do STM advogado com 74 anos de idade, desde que o exercício efetivo da função não ultrapasse um ano antes da compulsória.

**LEI Nº 8.112/1990 (REGIME JURÍDICO ÚNICO).
LEI Nº 9.784/1999 (PROCESSO
ADMINISTRATIVO). LEI Nº 11.416/2006
(CARREIRAS DO PODER JUDICIÁRIO)**

Fabiano Pereira

32. De acordo com a Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, julgue o item a seguir.

Após se aposentar, o agente público fica livre das sanções previstas no conjunto de normas disciplinares estipulado pela Lei nº 8.112/1990.

33. De acordo com a Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, julgue o item a seguir.

No contexto da prescrição aplicada à ação disciplinar, a Lei nº 8.112/1990 determina que o início de um processo disciplinar suspende a contagem do prazo prescricional, permanecendo assim até que seja emitida a decisão definitiva pela autoridade competente.

34. De acordo com a Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, julgue o item a seguir.

No que se refere ao processo administrativo disciplinar, a Lei nº 8.112/90 estabelece que é obrigatória a instauração de processo disciplinar sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 dias.

35. Segundo a Lei nº 9.784/1999 – Lei de Processo Administrativo – julgue o item a seguir.

No âmbito do processo administrativo, será seguido, entre outros princípios, o de impulso procedimental pela iniciativa dos interessados, sendo proibida a tramitação automática por iniciativa exclusiva da Administração Pública.

36. Segundo a Lei nº 9.784/1999 – Lei de Processo Administrativo – julgue o item a seguir.

Têm legitimidade para atuar como interessados no processo administrativo as organizações e as associações representativas, quando se trata de direitos ou interesses difusos.

37. Segundo a Lei nº 9.784/1999 – Lei de Processo Administrativo – julgue o item a seguir.

Em situações excepcionais e por razões significativas devidamente fundamentadas, será possível a avocação temporária de competência originalmente designada a uma instância subordinada na hierarquia.

38. Conforme dispõe a Lei nº 11.416/2006, julgue o item a seguir.

O Adicional de Qualificação (AQ) será calculado com base no vencimento básico do servidor, aplicando-se os seguintes percentuais: 10% (dez por cento) para portadores de título de Doutor, 12,5% (doze vírgula cinco por cento) para aqueles com título de

Mestre e 7,5% (sete vírgula cinco por cento) para servidores que possuam certificado de Especialização.

39. Conforme dispõe a Lei nº 11.416/2006, julgue o item a seguir.

Cada órgão deverá reservar, no mínimo, 80% (oitenta por cento) do total das funções comissionadas para servidores pertencentes às Carreiras dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário da União. As demais funções poderão ser atribuídas a servidores ocupantes de cargos efetivos que não integrem essas carreiras ou a titulares de empregos públicos, desde que atendam aos critérios de qualificação e experiência estabelecidos em regulamento.

RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 351/2020

Tiago Zanolla

40. Configura assédio moral, para fins da Resolução n.º 351/2020, toda e qualquer conduta abusiva que degrade relações socioprofissionais, desde que o agente atue com intenção inequívoca de causar dano à vítima.

41. A Resolução CNJ n.º 351/2020 admite o recebimento de denúncia anônima de assédio moral, desde que o canal institucional assegure a confidencialidade dos dados eventualmente fornecidos pela pessoa denunciante.

42. Tribunais classificados pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias como “de pequeno porte” não são obrigados a instituir Comissão de Prevenção e Enfrentamento de Assédio e Discriminação, mas, caso optem por criá-la, devem fazê-lo no mesmo prazo máximo de 45 dias previsto para os demais tribunais.

43. Para atender ao critério de “diversidade de gênero”, a Presidência do tribunal deve, obrigatoriamente, indicar ao menos uma mulher e uma pessoa da população LGBTQIA+ para cada comissão constituída, sob pena de nulidade da instalação.

RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 400/2021

André Rocha

Sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário disposta pela Resolução CNJ nº 400/2021, julgue as assertivas a seguir.

44. Os órgãos do Poder Judiciário devem adotar medidas para a elaboração de inventário, redução e compensação de emissões de gases de efeito estufa (GEE) resultantes de seu funcionamento com a finalidade de alcançar a neutralidade de carbono até o ano de 2030.

45. Uma das competências da comissão gestora é a de elaborar o Plano de Logística Sustentável (PLS) em conjunto com as unidades gestoras responsáveis pela execução do PLS.

RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 401/2021

Ricardo Torques

46. Considerando a Resolução nº 401, de 16 de junho de 2021, que dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário, julgue o item que se segue.

A implementação de medidas que visem à promoção da acessibilidade e inclusão tem como premissas a adoção da adaptação razoável, como regra geral, e do desenho universal, quando justificável.

47. Considerando a Resolução nº 401, de 16 de junho de 2021, que dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário, julgue o item que se segue.

Nos concursos do Poder Judiciário, é vedado o estabelecimento de qualquer espécie de cláusula de barreira para os candidatos enquadrados como pessoas com deficiência, bastando o alcance de nota 20% inferior à nota mínima estabelecida para aprovação dos candidatos da ampla concorrência, ou nota 6,0 para os concursos da magistratura, para que sejam admitidos nas fases subsequentes.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Rodrigo Bet

48. As organizações possuem valores éticos que orientam suas ações, decisões e cultura organizacional.

Acerca da Lei nº 8.429/1992 e suas alterações e atos de improbidade administrativa, julgue os itens abaixo.

49. Não configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.

50. As disposições da Lei nº 8.429/1992, que trata dos atos de improbidade, aplicam-se, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra culposa e intencionalmente para a prática do ato de improbidade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO CONSTITUCIONAL***Adriane Fauth*

51. A educação básica em todas as suas fases – educação infantil, ensino fundamental e ensino médio – constitui direito fundamental de todas as crianças e jovens, assegurado por normas constitucionais de eficácia plena e aplicabilidade direta e imediata.
52. Testemunhas de Jeová, quando maiores e capazes, têm o direito de recusar procedimento médico que envolva transfusão de sangue, com base na autonomia individual e na liberdade religiosa. Contudo, em respeito a igualdade não fazem jus aos procedimentos alternativos disponíveis no Sistema Único de Saúde – SUS.
53. O número de funcionários ou o porte da instituição não podem ser utilizados como critérios para a constituição de sindicatos de micro e pequenas empresas.
54. A servidora pública ou a trabalhadora regida pela CLT não gestante em união homoafetiva têm direito ao gozo da licença-maternidade. Caso a companheira tenha usufruído do benefício, fará jus a período de afastamento idêntico ao da companheira.
55. A condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos, implica na suspensão dos direitos políticos, o que por sua vez impede a nomeação e posse de candidato aprovado em concurso público, independentemente da infração penal praticada.
56. Foi aprovada, no estado Beta, a Lei n. 123/2024, que proibia o uso da linguagem neutra nas

instituições de ensino e nos editais de concursos públicos.

Tal lei deve ser considerada constitucional, uma vez que é competência concorrente entre a União e os Estados legislar sobre educação.

57. Rosa, juíza atuante no primeiro grau de jurisdição no Estado Alfa, e Maria, juíza atuante no primeiro grau de jurisdição no Estado Beta, tinham a intenção de realizar uma permuta.

De acordo com o texto constitucional essa permuta não seria admitida, considerando que são magistradas em atuação no território de estados diferentes.

58. O controle concentrado de constitucionalidade é realizado exclusivamente pelo Supremo Tribunal Federal através das ações diretas de inconstitucionalidade e declaratórias de constitucionalidade.

DIREITO PENAL MILITAR*Murilo Marques*

Quanto ao direito penal militar (DPM), tendo em vista o Código Penal Militar (CPM), jurisprudência e doutrina correlatos, julgue os itens que se seguem:

59. Para a definição da competência da Justiça Militar, considera-se o critério subjetivo do militar em atividade, em serviço ou não, aliado ao critério objetivo, do bem ou serviço militar juridicamente tutelado.
60. O réu não pode ser condenado por crime de violência contra inferior quando, durante o processo, deixe ser militar.

61. Quanto ao livramento condicional, em termo de requisito objetivo, no caso de cometimento de crime militar e sua devida condenação, para ter direito ao benefício, o agente primário deve ter cumprido um meio da pena, ao passo que o reincidente, dois terços.

62. A condenação de praça a pena superior a dois anos importa na pena acessória de exclusão das Forças Armadas.

63. As medidas de segurança podem ser pessoais ou patrimoniais. As primeiras ao divididas em detentivas e não detentivas; por sua vez, as patrimoniais são compreendem multa, a interdição de estabelecimento ou sede de sociedade ou associação e o confisco.

64. Para que esteja caracterizado o crime de violência contra superior, este deve ocorrer diante de outro militar.

65. **Considere a seguinte situação hipotética:** o sargento Tício encontrava-se escalado para o serviço de adjunto de dia, das 7h às 19h, no dia 15 de janeiro, sendo que, não compareceu ao serviço, sequer teve autorização para não comparecer, além de não ter sido localizado por seus pares e superiores. Dias depois, o sargento compareceu à unidade militar a que serve, tendo dito que simplesmente queria tirar alguns dias para descansar.

No caso hipotético acima, o crime de deserção estará consumado a partir do dia 24 de janeiro.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

Antônio Pequeno

66. CB João, da Polícia Militar Estadual, foi denunciado pela prática do crime do artigo 305, CPM, por ter exigido vantagem indevida de um abordado civil. Durante a instrução do processo, o referido militar foi excluído da corporação por decisão proferida em processo administrativo disciplinar. Nesse caso, a competência para o processo e julgamento será do Conselho Permanente de Justiça.

67. Podemos afirmar que estará impedido de exercer jurisdição no processo penal militar o Juiz que tiver parente consanguíneo ou afim, até o terceiro grau inclusive, como parte ou diretamente interessado.

Quanto à ação penal militar condenatória na justiça militar, julgue os itens de 68 e 69

68. A ação penal militar condenatória é sempre pública, mas a regra constitucional admite a ação penal militar de iniciativa privada subsidiária da pública na ocorrência de inércia do Órgão ministerial.

69. Não cabe no Direito Processual Penal Militar a ação penal militar mediante requisição.

70. De acordo com o Código de Processo Penal Militar, o prazo para conclusão do inquérito policial militar quando o indiciado estiver solto será de 20 dias.

Quanto à aplicação da Lei Processual Penal Militar, julgue os itens de 71 a 73

71. O processo penal militar rege-se-á pelas normas contidas neste Código, assim em tempo de paz como em tempo de guerra, salvo legislação especial que lhe for estritamente aplicável.

72. Nos casos concretos, se houver divergência entre essas normas e as de convenção ou tratado de que o Brasil seja signatário, prevalecerão as últimas.

73. Os casos omissos no Código de Processo Penal Militar poderão ser supridos pela doutrina.

DIREITO PENAL

Renan Araujo

74. Acerca da lei penal no tempo e no espaço, julgue o item a seguir:

Nos crimes permanentes o momento consumativo se prolonga no tempo, atraindo a aplicação da lei vigente ao tempo do término da permanência, ainda que mais grave que aquela vigente no momento do início da permanência.

75. Acerca da lei penal no tempo e no espaço, julgue o item a seguir:

Em razão do princípio da territorialidade, aplica-se a lei brasileira aos crimes cometidos a bordo de aeronaves e embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.

76. Acerca da extinção da punibilidade, julgue o item a seguir:

O prazo de prescrição da pretensão executória começa a correr do dia em que a sentença condenatória transita em julgado para a acusação.

77. Acerca das penas, julgue o item a seguir:

Situação hipotética: determinado agente, reincidente, mas portador de circunstâncias judiciais favoráveis, foi condenado pela prática do crime de roubo simples a uma pena de 04 anos de reclusão e multa, por ter subtraído o celular de um

pedestre mediante grave ameaça, materializada pela simulação do porte de uma arma de fogo.

Assertiva: nesse caso, poderá ser fixado o regime inicial semiaberto, sem possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos

78. Sobre os crimes contra o patrimônio, julgue o item a seguir:

Praticado o crime de furto simples à noite e em situação de repouso noturno, restará configurada a majorante do repouso noturno, desde que as vítimas estejam dormindo no momento do crime.

79. Acerca dos crimes contra a administração pública, julgue o item a seguir:

Em determinada abordagem a um cidadão no Fórum, o agente de polícia judicial Sérgio foi ofendido, sendo chamado de “pau mandado” e “otário”. Nesse caso, o infrator deverá responder pelo crime de injúria, e não por desacato, pois a norma do art. 331 do Código Penal, que tipifica o crime de desacato, não foi recepcionada pela Constituição de 1988, conforme entendimento do STF.

80. Acerca do concurso de crimes, julgue o item a seguir:

No concurso formal próprio o agente pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, com uma única conduta, motivo pelo qual se impõe a aplicação do sistema da exasperação, utilizando-se como parâmetro para fixação do *quantum* de aumento a quantidade de crimes praticados.

81. Acerca dos crimes contra a administração da Justiça, julgue o item seguinte:

O crime de exploração de prestígio possui natureza de crime formal, sendo desnecessário o efetivo recebimento da vantagem para sua consumação.

DIREITO PROCESSUAL PENAL*Priscila Silveira*

82. Acerca do inquérito policial, julgue o item a seguir.

O inquérito policial é um documento formal e escrito, de maneira que os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, não acompanharão os autos do inquérito.

83. Julgue o item a seguir.

Mariana, vítima do crime de estelionato, ajuizou ação privada subsidiária em face de Lucas, diante da inércia do Ministério Público em promover a ação penal. Contudo, durante a instrução, Mariana, apesar de intimada, deixou de dar andamento ao feito por mais de 60 dias, mostrando-se negligente. Diante desse cenário, o feito deve prosseguir, com a retomada da ação pelo Ministério Público como parte principal.

84. Julgue o item a seguir sobre a aplicação da lei processual no tempo e no espaço.

A lei processual penal é aplicável aos fatos ocorridos no território brasileiro, ressalvados os tratados, as convenções e regras de direito internacional.

85. De acordo com o Código de Processo Penal e em relação aos Sujeitos e partes do processo, julgue os itens a seguir.

O impedimento ou suspeição decorrente de parentesco por afinidade cessará pela dissolução do casamento que lhe tiver dado causa, salvo sobrevivendo descendentes; mas, ainda que dissolvido o casamento sem descendentes, não funcionará como juiz o sogro, o padrasto, o cunhado, o genro ou enteado de quem for parte no processo.

86. A respeito dos meios de provas no processo penal.

A confissão tem valor absoluto, já que a admissão dos fatos pelo acusado tem o efeito de afastar qualquer

prova que tenha sido produzida em sentido contrário.

87. Em relação ao tema prisões, julgue os itens a seguir.

A decretação da prisão preventiva, com o objetivo de antecipar o cumprimento de pena ou como resultado imediato de uma investigação criminal ou da apresentação ou aceitação de denúncia, não será permitida.

88. A respeito do Código de Processo Penal, em relação a Prisão, julgue os itens a seguir.

A autoridade que ordenar a prisão não precisará expedir o respectivo mandado, devendo ser de responsabilidade do seu superior.

89. De acordo com o Código de processo penal, a competência será determinada pela conexão quando houver erro na execução, conhecido como “aberratio criminis”, que produza dois resultados.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Antônio Daud*

Tomando por base os preceitos normativos sobre Acesso à Informação e Dados Pessoais, julgue os itens a seguir.

90. Poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela administrativa de direitos fundamentais, mas não à tutela judicial.

91. A autoridade máxima de cada órgão ou entidade divulgará, em sítio à disposição na internet e destinado à veiculação de dados e informações administrativas, anualmente, relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, contendo informações específicas sobre cada solicitante.

92. É expressamente autorizado o tratamento de dados pessoais sensíveis, a exemplo daqueles relativos à saúde, para exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral.

Tomando por base a disciplina normativa das licitações públicas, julgue os itens a seguir.

93. Fundação pública qualificada como agência executiva pode contratar diretamente serviços de manutenção de seus veículos automotores que sejam inferiores a R\$ 200 mil, desde que o somatório da despesa realizada pela unidade gestora, com objetos de mesma natureza, não ultrapasse tal valor no exercício financeiro.

94. A utilização do credenciamento é cabível em contratações cujo objeto pertença a mercados fluidos.

95. Leilão representa a modalidade de licitação para alienação de bens móveis ou de bens imóveis inservíveis a quem oferecer o maior lance.

96. Na busca pela economicidade das contratações de prestação de serviços, a Administração Pública pode definir, como forma de pagamento exclusiva, o reembolso dos salários pagos aos terceirizados.

Tomando por base a disciplina atinente aos agentes públicos, à organização e à reponsabilidade do poder público, julgue os itens a seguir.

97. A caracterização da responsabilidade civil, tomando por base a teoria da culpa administrativa, exige a comprovação do dano sofrido, da culpa do agente e do nexo de causalidade entre o dano e a conduta estatal.

DIREITO CIVIL

Cadu Carrilho

98. Sobre a aplicação das leis no espaço, julgue o item:

A lei do país em que domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.

99. Sobre as questões envolvendo capacidade e maioria, julgue o item abaixo:

A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil ou pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, e posterior homologação judicial.

100. O Código Civil estabelece os tipos de pessoas jurídicas de direito privado, diga se a lista abaixo está correta ou errada:

São pessoas jurídicas de direito privado as associações; as sociedades; as fundações; as organizações religiosas; os partidos políticos; e os empreendimentos de economia solidária.

101. Sobre a estipulação de domicílio, tanto da pessoa natural como da pessoa jurídica, analise o item abaixo e julgue:

O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo, se, porém, a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio seu qualquer delas.

102. Os negócios jurídicos decorrem da manifestação de vontade dos celebrantes, a esse respeito analise o item:

O silêncio, em regra, não importa anuência, tanto que nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem.

103. Em se tratando dos defeitos dos negócios jurídicos, julgue:

Configura-se o estado de perigo quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa, enquanto que em se tratando de pessoa não pertencente à família do declarante, não há que se falar em aplicação desse defeito.

104. A lei estipula regras a respeito da prescrição e decadência, sobre esse assunto, julgue o item a seguir:

A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar; tácita é a renúncia quando se presume de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição.

105. Sobre os atos lícitos e ilícitos:

Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito, além disso, também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

106. No que diz respeito à função jurisdicional, julgue o item seguinte.

É admissível a ação meramente declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.

107. Julgue o próximo item, relativo à comunicação dos atos processuais.

O militar em serviço ativo será citado na unidade em que estiver servindo, se não for conhecida sua residência ou nela não for encontrado.

108. Acerca das tutelas provisórias, julgue o item subsequente.

A tutela de evidência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

109. Considerando o entendimento dos tribunais superiores, julgue os itens a seguir.

Quando a demanda rescisória envolver erro do Poder Judiciário e a parte ré não se opor à pretensão autoral, não haverá causalidade a justificar a condenação ao pagamento de honorários advocatícios.

110. Considerando o entendimento dos tribunais superiores, julgue os itens a seguir.

O magistrado que se declara suspeito por motivo superveniente não pode requerer o cancelamento de seu voto, ainda que o faça antes de concluído o julgamento com a proclamação do resultado.

111. No que diz respeito à ação popular, mandado de segurança e ação civil pública, julgue os itens subsequentes.

A pessoa jurídica de direito público ou de direito privado, cujo ato seja objeto de impugnação em ação popular, poderá abster-se de contestar o pedido, ou poderá atuar ao lado do autor, desde que isso se afigure útil ao interesse público, a juízo do respectivo representante legal ou dirigente.

112. No que diz respeito à ação popular, mandado de segurança e ação civil pública, julgue os itens subsequentes.

O pedido de mandado de segurança poderá ser renovado dentro do prazo decadencial, ainda que a decisão denegatória tenha apreciado o mérito.

113. No que diz respeito à ação popular, mandado de segurança e ação civil pública, julgue os itens subsequentes.

Para instruir a inicial de ação civil pública, o interessado poderá requerer às autoridades competentes as certidões e informações que julgar necessárias, a serem fornecidas no prazo de 30 (trinta) dias.

**LEGISLAÇÃO ESPECIAL (1 LEI Nº 11.418/2006.
2 LEI Nº 12.016/2009)**

Emerson Bruno

114. De acordo com a lei 11.418 de 2006, haverá repercussão geral quando o recurso questionar decisão contrária a súmula ou jurisprudência dominante do Tribunal.

115. Conforme a lei 11.418 de 2006, se a Turma decidir pela existência da repercussão geral por, no mínimo, 3 (três) votos, ficará dispensada a remessa do recurso ao Plenário.

116. Conforme a lei 11.418 de 2006, negada a existência de repercussão geral, os recursos sobrestados considerar-se-ão automaticamente não admitidos.

117. Conforme a lei 12.016 de 2009, conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com

abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.

118. Conforme a lei 12.016 de 2009, o titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer, no prazo de 10 (dez) dias, quando notificado judicialmente.

119. Conforme a lei 12.016 de 2009, é defeso impetrar mandado de segurança por telegrama, radiograma, fax ou quaisquer outros meios eletrônicos.

120. Conforme a lei 12.016 de 2009, não se concederá mandado de segurança quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução;

Discursiva

Considerando os "crimes contra a autoridade ou disciplina militar", previstos no arts.149 a 182 do Código Penal Militar (CPM), redija um texto dissertativo, fundamentado, que aborde os seguintes tópicos:

- a) Analise o crime de motim previsto no art. 149 do Código Penal Militar, à luz da redação dada pela Lei 14.688/2023. Em sua resposta, explicita: o tipo penal caracterizador do delito e o sujeito ativo desse crime, incluindo eventuais debates doutrinários a respeito do tema.
- b) Explique cada uma das espécies dentro do gênero "insubordinação".
- c) Explique as hipóteses de fuga de preso ou internado e suas formas qualificadas, distinguindo também o tratamento dado à modalidade culposa prevista no art. 179.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
